RESUMO
O presente estudo aborda a importância da conscientização ambiental desde a infância, enfatizando a formação de uma postura consciente em relação ao meio ambiente desde os primeiros anos de vida. Observa-se que a educação ambiental se configura como uma ferramenta essencial para a sensibilização e conscientização dos indivíduos diante dos problemas ambientais, tornando-se um processo participativo em que o educando assume um papel central no processo de ensino e aprendizagem. É fundamental que, enquanto educadores, promovamos ações educativas voltadas à proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente, fortalecendo o papel da Educação Ambiental no incentivo a mudanças culturais e sociais, essenciais para o desenvolvimento sustentável. No âmbito escolar, a Educação Ambiental deve sensibilizar os alunos para a adoção de valores que favoreçam uma convivência harmoniosa com o ambiente e com as demais espécies que habitam o planeta. Para a realização deste estudo, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores como Reigota (1995) e Marcatto (2002), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1997). A análise permitiu concluir que a Educação Ambiental ainda está longe de ser plenamente aplicada, mesmo em instituições educacionais que dispõem de maiores recursos financeiros. Entre os principais fatores para essa deficiência, destaca-se a falta de preparo técnico dos docentes para abordar as questões ambientais de forma aprofundada. Diante disso, propõe-se a criação, ainda que temporária, da disciplina de Educação Ambiental nos currículos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Educação Ambiental, Meio Ambiente.

ABSTRACT
This study addresses the importance of environmental awareness from early childhood, emphasizing the development of a conscious attitude towards the environment from the earliest years of life. Environmental education is seen as an essential tool for raising awareness and sensitizing individuals to environmental issues, becoming a participatory process in which the student assumes a central role in the teaching and learning process. It is crucial that, as educators, we promote educational actions aimed at the protection, recovery, and improvement of the environment, strengthening the role of Environmental Education in fostering cultural and social changes essential for sustainable development. Within the school context, Environmental Education should encourage students to adopt values that promote harmonious coexistence with the environment and with other species inhabiting the planet. For the development of this study, a bibliographic research was conducted, based on authors such as Reigota (1995) and Marcatto (2002), as well as the National Curriculum Parameters for Early Childhood Education (1997). The analysis led to the conclusion that Environmental Education is still far from being fully implemented, even in educational institutions with greater financial resources. One of the main factors contributing to this deficiency is the lack of technical preparation among teachers to address environmental issues in depth. Therefore, the creation of an Environmental Education subject in school curricula is proposed, even if only temporarily.

KEY-WORDS: Learning; Environmental Education; Environment.

INTRODUÇÃO

Atuando como professora, percebo o quanto a conscientização ambiental desde a infância é fundamental, pois proporciona às crianças a oportunidade de utilizar e preservar os espaços disponíveis na escola, favorecendo um contato mais próximo com o meio ambiente. Essa vivência contribui para que se tornem indivíduos capazes de cuidar da natureza e preservar os recursos naturais existentes.

Em determinadas situações, é possível ob-

servar a insuficiência na formação dos professores para estimular, de maneira eficaz, as crianças quanto à preservação do meio ambiente. Contudo, diante da situação emergente que vivenciamos em relação às questões ambientais, torna-se imprescindível investir na capacitação dos educadores, oferecendo-lhes os subsídios necessários para atuar com as crianças na promoção do desenvolvimento da consciência ecológica. Dessa maneira, busca-se formar sujeitos sociais críticos e responsáveis, comprometidos com práticas socioambientais saudáveis e coerentes.

Diante disso, surgiu o interesse pela presente pesquisa, do tipo bibliográfica, que tem como objetivo evidenciar a importância de se trabalhar a preservação do meio ambiente na Educação Infantil, promovendo a reflexão sobre a adoção de ações que visem minimizar os impactos decorrentes da degradação ambiental. Tal degradação é resultado, em grande parte, das influências da tecnologia e da modernidade, que comprometem os recursos naturais e a qualidade de vida.

O estudo busca destacar a importância da participação ativa das crianças — o futuro da sociedade — no processo de conscientização para a adoção de medidas preventivas em relação ao meio ambiente. Dessa forma, o tema revela-se de grande relevância para a atualidade, com repercussões em toda a sociedade, evidenciando a necessidade de que nós, educadores, atuemos de maneira alinhada com os princípios da Educação Ambiental, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, atuantes e comprometidos com a preservação do meio ambiente.

Para desenvolver essa reflexão, a metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica. Dentre os principais teóricos, podemos destacar Reigota (1995) e Marcatto (2002), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1997).

Para estimular nas crianças atitudes de preservação em relação ao meio ambiente, o trabalho com a Educação Ambiental torna-se um importante aliado, proporcionando à criança a aquisição de conhecimentos que favorecem a mudança de comportamento diante das questões ambientais. Dessa forma, destaca-se o papel formativo da Educação Ambiental no desenvolvimento da cidadania, uma vez que ela deve ser orientada por uma autonomia crítica em relação aos problemas ambientais, contribuindo assim para a construção de uma relação equilibrada entre o ser humano e a natureza.

DESENVOLVIMENTO

Em uma sociedade impulsionada por dinâmicas capitalistas e caracterizada pela aceleração extrema e pelas desigualdades — em detrimento da valorização das diversidades culturais —, a educação reafirma seu compromisso com a construção de uma prática educativa diferenciada e transformadora. Transformadora no sentido de transcender as circunstâncias ambientais e de promover relações conscientes entre o indivíduo, o outro e o mundo, a partir de uma cultura pautada na consciência crítica. Dessa maneira, será possível alcançar uma verdadeira transformação — ou, como propõe Sato (2010), uma transvaloração — que substitua o ideário desenvolvimentista e consumista por práticas sustentáveis e duradouras. Mais do que reflexões restritas ao ambiente escolar, trata-se da construção de um currículo para a vida, voltado para a mudança de valores e para a formação de indivíduos mais sensíveis às injustiças sociais, comprometidos com a luta por um planeta que pertença a todos e todas.

A questão ambiental ganhou destaque nas últimas décadas por um motivo fundamental: a necessidade de garantir a sobrevivência humana. Quanto mais precocemente o tema for introduzido no universo infantil, maiores serão as chances de despertar a consciência para a preservação ambiental. Por essa razão, a educação voltada para a sustentabilidade deve ter início já na Educação Infantil.

A perspectiva ambiental refere-se a uma forma de enxergar o mundo que evidencia as inter-relações e a interdependência entre os diversos elementos necessários à constituição e à manutenção da vida. No campo educacional, tal perspectiva ressalta a importância de práticas fundamentadas nos princípios da dignidade humana, da participação, da corresponsabilidade, da solidariedade e da equidade (LONGO, 1989).

Dada a crescente necessidade de preservar

o meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo amplamente disseminado desde as últimas décadas. Esse conceito defende que os recursos naturais devem ser utilizados de maneira responsável, de modo a atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Contudo, a noção de meio ambiente não se restringe aos recursos naturais nem se limita ao entorno do ser humano; o homem integra o meio ambiente, interage com ele e, por isso, deve zelar pela sua preservação, garantindo a manutenção dos recursos para as futuras gerações.

Com o avanço da humanidade e sua crescente capacidade de intervir na natureza para satisfazer necessidades e desejos, surgem tensões e conflitos relacionados ao uso do espaço e dos recursos naturais, impulsionados pelas tecnologias disponíveis. Nos últimos séculos, consolidou-se um modelo de civilização baseado na industrialização, caracterizado por novas formas de produção, organização do trabalho, mecanização da agricultura — com a utilização intensiva de agrotóxicos — e um processo acelerado de urbanização, marcado pela concentração populacional nas cidades (GADOTTI, 2003).

A evolução tecnológica, embora tenha trazido avanços significativos, gerou consequências ambientais indesejáveis que se intensificam rapidamente. A exploração dos recursos naturais tornou-se excessivamente intensa; recursos não-renováveis, como o petróleo, começam a se tornar escassos. Onde antes se retirava uma única árvore, hoje são extraídas centenas; áreas que abrigavam algumas famílias, agora suportam milhões de habitantes, demandando grandes mananciais de água e produzindo milhares de toneladas de resíduos diariamente. Essas mudanças são determinantes para a degradação ambiental. Ecossistemas inteiros de vida vegetal e animal são desestabilizados, e, mesmo com a geração de riqueza por meio de um modelo econômico que concentra renda, a miséria e a fome persistem e se expandem. Entre as consequências mais graves dessa dinâmica estão o esgotamento do solo, a contaminação das águas e o aumento da violência nos centros urbanos.

A Educação Ambiental constitui uma ferramenta fundamental para a conscientização dos indivíduos diante dos problemas ambientais, sendo, portanto, essencial para a solução ou mitigação de questões como o acúmulo de resíduos sólidos. Discutir problemas ambientais implica enfrentar diversos questionamentos, tais como:

O que é considerado lixo?

É possível reaproveitá-lo?

O que é coleta seletiva e qual sua importância para a preservação ambiental?

Quem ou o que é responsável pelos inúmeros problemas ambientais?

Essas indagações, independentemente de sua complexidade, colaboram para a busca de soluções concretas, ao ampliarem o debate sobre a temática ambiental e fortalecerem a educação voltada para essas questões. Embora cada um desses questionamentos permita longas análises, a proposta aqui não é simplesmente respondê-los, mas destacar a relevância da Educação Ambiental no contexto escolar e a necessidade da implementação de práticas pedagógicas que formem agentes sociais capazes de transformar o ambiente, promovendo o equilíbrio na relação entre o ser humano e a natureza, e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida.

O conhecimento sistemático acerca do Meio Ambiente e do movimento ambiental é relativamente recente. Conceitos como "Meio Ambiente" e "desenvolvimento sustentável" ainda estão em processo de construção e consolidação. De fato, não há consenso nem mesmo entre a comunidade científica sobre essas definições. Fora desse meio, a falta de uniformidade é ainda mais acentuada. Muitos estudiosos da área ambiental defendem que a noção de "Meio Ambiente" não deve ser rigidamente fixada.

Segundo Cavalcante (1995, p. 56), é mais apropriado entendê-lo como uma representação social, isto é, uma visão que evolui ao longo do tempo e varia de acordo com o grupo social que a utiliza. São essas representações, e suas transformações ao longo do tempo, que interessam à Educação Ambiental e que se busca impactar ao trabalhar essa temática.

De acordo com Longo (1989),

"à medida que o modelo de desenvolvimen-

to vigente começou a provocar efeitos negativos mais graves, surgiram manifestações e movimentos que refletiam a consciência de parte da população acerca dos perigos que a humanidade enfrenta ao impactar de forma tão intensa o meio ambiente". (LONGO,1989).

Em países como o Brasil, preocupações relacionadas à preservação de espécies remontam a alguns séculos, como se observa no caso do pau-brasil, cuja exploração foi motivada principalmente por seu elevado valor econômico. No final do século XIX, movimentos em prol da conservação dos sistemas naturais resultaram na criação dos primeiros Parques Nacionais, como ocorreu nos Estados Unidos.

É nesse contexto que se consolida, no final do século XIX, a área do conhecimento denominada Ecologia. O termo foi proposto em 1866 pelo biólogo Ernst Haeckel, derivando de duas palavras gregas: oikos (morada) e logos (estudo). Inicialmente, a Ecologia surgiu como um novo ramo das Ciências Naturais, mas seus estudos logo passaram a sugerir novos campos de investigação, como a ecologia humana e a economia ecológica. No entanto, foi apenas na década de 1970 que o termo "ecologia" se popularizou entre o grande público, ainda que, muitas vezes, tenha sido utilizado de maneira imprecisa, até mesmo como sinônimo de meio ambiente.

Nas nações mais industrializadas, tornou-se evidente a deterioração da qualidade de vida, afetando a saúde física e psicológica dos habitantes dos grandes centros urbanos. Paralelamente, os estudos ecológicos demonstraram que a destruição — ou mesmo a alteração — de um único elemento de um ecossistema pode comprometer todo o sistema, sendo nociva ou até fatal para seu equilíbrio. A prática da monocultura em grandes extensões de terra, por exemplo, pode levar à extinção regional de determinadas espécies e à proliferação descontrolada de outras. Animais e vegetais favorecidos pela plantação, ou pela ausência de seus predadores naturais, multiplicam-se de maneira desequilibrada, prejudicando a própria produção agrícola e sendo classificados como "pragas". A indústria química, em resposta, propôs o uso de pesticidas, os quais, muitas vezes, contaminam as plantas, o solo e os recursos hídricos.

Problemas como esses reforçam a hipótese, já discutida à época, de que o avanço desordenado sobre a natureza, sem o devido conhecimento de suas implicações, poderia trazer riscos graves à vida no planeta. Até meados do século XX, ao avanço científico da Ecologia somou-se o fortalecimento de um movimento ecológico, voltado inicialmente para a preservação de grandes áreas de ecossistemas ainda intocados pela ação humana, com a criação de parques e reservas naturais. Frequentemente, tais iniciativas foram vistas como preocupações utópicas de visionários, uma vez que propunham o afastamento do ser humano dessas áreas, dificultando sua exploração econômica (LONGO, 1989).

Segundo Reigota (2002), ao constatar-se a inevitável interferência que uma nação exerce sobre outra por meio de suas ações relativas ao meio ambiente, a questão ambiental adquire caráter internacional. Assim, paralelamente à chamada "globalização econômica", presencia-se também a globalização dos problemas ambientais, o que obriga os países a negociar e legislar de maneira que os direitos e interesses nacionais sejam, ao menos parcialmente, limitados em favor de um interesse maior: o da humanidade e do planeta. A ética entre as nações e os povos, portanto, deve incorporar novas exigências, fundamentadas em uma percepção de mundo que considere as consequências das ações humanas em uma dimensão ampliada, tanto espacial quanto temporalmente. Dessa forma, não são apenas os crimes ou as guerras que ameaçam a vida, mas também a maneira como a natureza é tratada. A questão ambiental — compreendida como o conjunto de temáticas relativas não apenas à proteção da vida no planeta, mas também à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades — passa, então, a figurar entre os temas de maior relevância internacional.

O Brasil, além de ser um dos maiores países do mundo em extensão territorial, abriga uma vasta diversidade de recursos naturais fundamentais para o equilíbrio do planeta. Entre seus ecossistemas mais importantes estão as florestas tropicais, o Pantanal, o Cerrado, os manguezais e as restingas, além de deter uma significativa parcela da água doce dispo-

nível para o consumo humano. Detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, o país também se destaca por sua riqueza cultural, fruto da interação entre diversos grupos étnicos — indígenas, africanos, europeus e asiáticos —, cuja contribuição é valiosa para toda a comunidade global. Parte desse patrimônio cultural consiste no conhecimento aprofundado dos ecossistemas locais, abrangendo seu funcionamento, sua dinâmica e seus recursos, embora tal saber ainda seja pouco disseminado.

Entretanto, preocupa a forma como os recursos naturais e culturais brasileiros vêm sendo tratados. Muitos produtores desconhecem ou não valorizam o conhecimento sobre os ambientes específicos em que atuam. Frequentemente, a extração de um recurso natural resulta na perda de outro de valor ainda maior, como ocorre, por exemplo, na conversão de áreas da Amazônia em pastagens. Além disso, a exploração de bens, como os minérios, muitas vezes gera lucro para um pequeno grupo de indivíduos — geralmente de fora da região — que retira a riqueza do local, deixando para trás uma devastação ambiental cujos custos recaem sobre a saúde da população e os cofres públicos.

A degradação dos ambientes urbanos, onde vive a maior parte da população brasileira, também evidencia a necessidade de atenção ao tema. Fatores como a fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida estão intrinsecamente ligados ao modelo de desenvolvimento adotado e às suas implicações socioambientais (REIGOTA, 2002).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de educar as futuras gerações de cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, atuem com responsabilidade e sensibilidade ambiental, preservando os recursos para o presente e o futuro; como membros do governo ou da sociedade civil, cumpram seus deveres e respeitem e exijam o cumprimento dos direitos, tanto próprios quanto coletivos, em âmbito local e internacional; e, como indivíduos, encontrem suporte para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o meio físico e social.

Um avanço significativo foi conquistado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (art. 225, § 1º, VI), que estabeleceu a Educação Ambiental como uma exigência constitucional a ser assegurada pelos governos federal, estaduais e municipais. Atualmente, conforme relatos de diversos especialistas que participam de encontros nacionais e internacionais, o Brasil é reconhecido como um dos países com maior diversidade de experiências em Educação Ambiental, apresentando iniciativas originais que frequentemente se articulam com intervenções na realidade local. Assim, toda e qualquer política nacional, regional ou municipal que venha a ser instituída deve considerar essa riqueza de experiências, promovê-la e fortalecê-la, e não a restringir ou descaracterizar sua diversidade.

Cumpre destacar, contudo, que, embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida constitucionalmente e declarada prioritária em diversas instâncias de poder, a Educação Ambiental ainda está longe de ser uma prática plenamente aceita e desenvolvida. Isso se deve ao fato de que ela demanda transformações profundas, que vão além de mudanças superficiais. Quando realizada de forma eficaz, a Educação Ambiental promove alterações no comportamento individual e fomenta atitudes e valores de cidadania que podem gerar impactos sociais expressivos.

Nesse contexto, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões e agir de maneira comprometida com a vida e com o bem-estar individual e coletivo, tanto em âmbito local quanto global. Para isso, é fundamental que a escola vá além da transmissão de informações e conceitos, assumindo como proposta pedagógica o desenvolvimento de atitudes, a formação de valores e o ensino-aprendizagem de habilidades e procedimentos. Este representa um dos grandes desafios para a educação contemporânea. Comportamentos ambientalmente responsáveis devem ser promovidos no cotidiano escolar, por meio de práticas solidárias, hábitos de higiene pessoal e ambiental, bem como da participação em negociações e decisões coletivas.

Conforme enfatiza Elali (2003),

“Há outros componentes que se somam à escola nessa tarefa: a sociedade como um todo é corresponsável pelo processo, sendo que os padrões de comportamento familiar e as informações veiculadas pela mídia exercem influência significativa sobre as crianças. No que se refere à área ambiental, muitas informações, valores e práticas são transmitidos às crianças a partir do que se faz e se diz em casa. Esse conhecimento deve ser incorporado ao trabalho escolar, de modo a estabelecer conexões entre esses dois universos e reconhecer os valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais”. (ELALI, 2003).

É fundamental que o professor tenha como objetivo incentivar nos alunos uma postura crítica em relação à realidade, às informações e aos valores disseminados pela mídia, assim como aos que vêm de casa. Para alcançar esse objetivo, o professor precisa dominar o conteúdo e, geralmente, buscar, junto aos alunos, mais informações por meio de publicações ou especialistas. Essa atitude demonstra maturidade, pois os temas atuais, em constante evolução, exigem atualização contínua. Realizar esse processo junto aos alunos oferece uma excelente oportunidade para, simultaneamente, desenvolver habilidades de pesquisa, sistematização da informação, análise quantitativa, apresentação e discussão de resultados, entre outras competências, de forma prática.

Na busca pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação da natureza, constata-se que ainda foram realizadas poucas ações efetivas. Diante dessa realidade, é urgente reavaliar profundamente os valores e comportamentos da sociedade atual, com o objetivo de reverter o processo de degradação ambiental do planeta.

Acreditamos que, ao trabalhar desde cedo com as crianças, conscientizando-as sobre a importância da preservação ambiental, estaremos formando bases sólidas para atitudes que perdurarão ao longo da vida. Afinal, é na primeira infância que se consolidam os processos de aprendizagem.

Para formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, é essencial iniciar esse trabalho desde os primeiros anos de vida, integrando-o à formação da personalidade. Por isso, a Educação Infantil tem papel fundamental no desenvolvimento da consciência ecológica, seja por meio de boas práticas, de exemplos positivos ou de experiências que permitam às crianças perceberem as consequências de suas ações no ambiente em que vivem.

Cabe à escola ensinar formas de preservar o meio ambiente, contribuindo para evitar a destruição da própria espécie e incentivando mudanças de atitude. Dessa forma, as crianças tornam-se agentes transformadores, comprometidos com a defesa do planeta. Quando o professor atua com consciência, sua prática em sala de aula reverbera em toda a comunidade escolar, promovendo uma reflexão coletiva sobre a importância da preservação ambiental, tanto no presente quanto para as futuras gerações.

A promoção de sociedades sustentáveis e a preservação do meio ambiente, de acordo com a ecopedagogia, estão diretamente ligadas ao desenvolvimento da consciência ecológica, cuja formação depende essencialmente da educação (SANTOS, 2002).

Assim, a educação assume um papel central na construção de uma sociedade sustentável. Como afirma Assmann (2001, p. 26), "a educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade".

Portanto, não é suficiente apenas elaborar documentos que estabeleçam os deveres do cidadão em relação ao meio ambiente. Para que a verdadeira consciência ambiental seja alcançada, é necessário que o conhecimento seja transmitido de forma direta e intencional através da educação.

Em 1998, o Ministério da Educação (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que orienta os conteúdos do ensino fundamental. Os PCNs introduzem os temas transversais, entre os quais se incluem o meio ambiente. Observa-se, entretanto, que o comprometimento do MEC em promover a educação ambiental é mais evidente no ensino fundamental do que na educação infantil.

Os professores devem planejar atividades relacionadas à educação ambiental de forma contínua, e não apenas de maneira pontual

ou como simples transmissão de informações. A linguagem e os conteúdos utilizados precisam ser adequados à compreensão das crianças, garantindo que elas realmente entendam, e não apenas absorvam, os conceitos apresentados.

Diversas atitudes, habilidades e atividades podem ser trabalhadas desde a Educação Infantil para promover a formação de uma consciência ecológica e incentivar a construção de hábitos que levem a atitudes responsáveis em relação à preservação do meio ambiente.

Dessa forma, os educadores devem organizar propostas que estimulem a reflexão das crianças, permitindo que elas percebam as consequências de suas ações no ambiente e compreendam como pequenas atitudes no presente podem resultar em grandes mudanças no futuro.

De pouco adianta o professor possuir amplo conhecimento sobre grandes temas ambientais, como o aquecimento global ou a destruição das florestas, se não for capaz de ensinar às crianças práticas simples, como a separação do lixo, o reaproveitamento de materiais descartáveis e a importância das relações humanas e das consequências de nossas ações sobre o meio ambiente. Embora a sociedade, de modo geral, demonstre preocupação com a devastação ambiental, muitas vezes há um grande descompasso entre o discurso e a prática efetiva de atitudes voltadas à preservação do planeta.

Se todos têm responsabilidade sobre o meio ambiente, ao professor cabe a missão fundamental de formar as futuras gerações. Sendo a educação um processo amplo e global, o educador deve participar ativamente da vida social, servindo como exemplo para seus alunos. Um aspecto crucial dessa atuação é a defesa da natureza e a preservação do equilíbrio ecológico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam essa perspectiva ao afirmar que:

"[...] a principal função do trabalho com Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar individual e coletivo, tanto local quanto regional." (BRASIL, 1997, vol. 9, p. 29).

Para isso, a escola deve promover a formação de valores e atitudes em conjunto com o ensino de habilidades e procedimentos, o que representa um dos maiores desafios para a educação contemporânea.

Para a realização de um trabalho pedagógico voltado à preservação do meio ambiente, podemos contar com a Educação Ambiental, compreendida como um processo que visa formar uma população consciente e preocupada com as questões ambientais, dotada de conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para atuar, individual e coletivamente, na solução dos problemas existentes e na prevenção de novos.

A Educação Ambiental é uma ferramenta fundamental, prevista pela Política Nacional de Educação Ambiental para todos os níveis de ensino, não como uma disciplina isolada, mas como um tema transversal a ser integrado aos diversos conteúdos curriculares.

Para que o professor possa definir estratégias de trabalho com Educação Ambiental na Educação Infantil, é essencial compreender que essa etapa abrange o período do nascimento até os seis anos de idade. A construção da Educação Ambiental foi moldada por diferentes momentos históricos, sociais e pelas relações entre o ser humano e a natureza, que também se resignificaram ao longo do tempo.

Nas últimas três décadas, a Educação Ambiental percorreu diversas fases: inicialmente, a relação entre homem e natureza era marcada pela subsistência e pela extração de recursos. No entanto, diante do agravamento dos impactos ambientais, surge na década de 1970 o movimento ambientalista preservacionista, que passou a questionar a exploração desenfreada e seus efeitos colaterais, como pobreza, fome, concentração de poder e exploração social. Essas problematizações motivaram encontros científicos e debates sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos.

Posteriormente, a responsabilidade pelas mudanças começou a ser atribuída ao indivíduo, com a crença de que a transformação pessoal poderia reduzir os impactos ambientais. Segundo Rodrigues (2011), essa visão simplificava a complexidade da realidade, reduzindo-a a ações individuais. Con-

tudo, para que haja transformação efetiva, é necessário considerar o sujeito inserido em processos coletivos, como destaca Guimarães (2004) ao reforçar a importância do "coletivo conjunto" na construção de práticas ambientais significativas.

A Educação Ambiental que buscamos vai além da simples análise das relações naturais, incorporando questões políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto na relação entre a humanidade e a natureza quanto nas relações entre os próprios seres humanos (REIGOTA, 2009). Refletir e ressignificar nossas práticas e ações, tanto individuais quanto coletivas, é essencial. A escola, pautada nos princípios da Educação Ambiental, pode e deve ser não apenas uma lente de observação crítica, mas também um espaço legítimo para a construção e prática de uma educação ambiental transformadora.

Propõe-se que a Educação Ambiental seja concebida como um processo dinâmico, contínuo e participativo de formação, no qual os indivíduos se tornem agentes de transformação, atuando ativamente na busca por alternativas que reduzam os impactos ambientais e promovam o controle social sobre o uso dos recursos naturais (Marcatto, 2002, p. 03).

Nesse sentido, "a educação ambiental evidencia que o ser humano é capaz de promover mudanças significativas ao seguir caminhos que conduzem a um mundo socialmente mais justo e ecologicamente mais sustentável" (ELALI, 2003, p. 2).

A preservação do meio ambiente exige indivíduos capazes não apenas de pensar criticamente sobre práticas estabelecidas, mas também de encontrar soluções criativas e alternativas para as práticas insustentáveis que predominam na atualidade. O trabalho na Educação Infantil, portanto, não deve priorizar o ensino precoce e formal da leitura e da escrita.

Desde cedo, as crianças podem ser estimuladas a questionar o consumo excessivo, por meio de discussões sobre produtos alimentícios, roupas, brinquedos e publicidade. Essas conversas devem ser ampliadas para refletir sobre realidades materiais distintas, incentivando a solidariedade e a cooperação.

Assim, é fundamental que as pedagogias da primeira infância sejam a base do currículo. Muitas práticas tradicionais da Educação já se alinham aos princípios da educação para a sustentabilidade, como a abordagem interdisciplinar, a visão holística, o uso de espaços externos para experiências concretas, projetos baseados na vida real e o envolvimento de famílias e comunidades. Não é necessário criar pedagogias completamente novas para trabalhar a sustentabilidade nos primeiros anos escolares, pois as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável são, por natureza, interdisciplinares. Pesquisas apontam que o ensino fragmentado em disciplinas tradicionais não é o mais eficaz para promover o aprendizado sobre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Em uma Educação comprometida com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, a valorização da diversidade desempenha um papel central. Em um mundo globalizado, onde diferentes nacionalidades e culturas convivem cada vez mais próximas, aprender a respeitar e valorizar a diversidade deve começar na infância. A Educação deve, portanto, apoiar as crianças na construção de uma identidade sólida, ancorada em sua cultura de origem, ao mesmo tempo em que desenvolvem o senso de pertencimento como cidadãs do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras realizadas, esta pesquisa nos permite concluir que trabalhar a preservação do meio ambiente na Educação desde a mais tenra idade é de fundamental importância. A Educação Ambiental possibilita o desenvolvimento de ações individuais e coletivas voltadas à sensibilização em relação às questões ambientais, permitindo que as crianças se apropriem de conceitos como reciclagem, reutilização e reaproveitamento de materiais. Dessa forma, contribui-se para a formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de adotar atitudes que preservem o meio ambiente e a natureza como um todo. Ao transformarmos nossas ações hoje, estaremos construindo um futuro mais sustentável.

A Educação Infantil constitui a base da formação dos futuros cidadãos. Assim, ao promovermos o conhecimento sobre o meio em

que vivem e a consciência de que suas ações impactam esse ambiente, ampliando ainda essa percepção para realidades distintas dentro do próprio município, estaremos colaborando para a formação de adultos mais conscientes e comprometidos com a preservação ambiental.

É evidente que existem múltiplos motivos que justificam a introdução da Educação Ambiental desde os primeiros anos de vida. Cabe a nós, educadores da primeira infância, oferecer às crianças as bases necessárias para a conscientização e preservação ambiental, dando início à construção desse caminho.

Destaca-se, ainda, a necessidade de o professor realizar um estudo aprofundado do conteúdo a ser abordado, adaptando a linguagem e os conceitos científicos à faixa etária das crianças, para garantir a compreensão e o envolvimento efetivo.

Neste contexto, percebe-se que existem diversas formas de trabalhar a Educação Ambiental no ambiente escolar, integrando-a ao cotidiano da sala de aula de maneira natural e significativa, sem a necessidade de formalizar excessivamente o tema. Considerando que as crianças são facilmente encantadas pelo ambiente ao seu redor, torna-se essencial aproveitar essa característica para fomentar o respeito e a admiração pela natureza.

O trabalho com a Educação Ambiental desde a Educação Infantil é, portanto, essencial para formar uma nova geração que reconheça seu vínculo com a natureza, compreendendo-a e respeitando-a como parte de si mesma.

Com esta pesquisa, evidencia-se a importância de proporcionar às crianças atividades lúdicas que sensibilizem, socializem e conscientizem, despertando a observação, a atenção, a imaginação e contribuindo para a expressão individual. Essas práticas favorecem a formação da consciência ecológica e promovem a preservação ambiental desde a infância.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo. Infância, Imaginação e Ecologia: que lugar ocupam na formação de professores e professoras? II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental. Itajaí, SC: 2003.

BRASIL. Lei nº 9795. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política
Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999. BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais (1ª a 4ª série), Brasília, 1997.

_____. Lei n. 11.769 de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

BRASIL. Resolução CEB nº 1. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: 1999.

CAPRA, Fritjof et al. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

ELALI, Gleice Azambuja. O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. Estud. psicol., Natal, v. 8, n. 2, Aug. 2003.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. A ecopedagogia como pedagogia apropriada ao processo da carta da terra. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 12. Nº 21, p. 11-24. 2003.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável. São Paulo: Fundação Peiropolis, 2005.

GONÇALVEZ, Ana do Carmo Goulart. Prá-

ticas Educativas no Contexto escolar e as manifestações dos princípios da Educação Ambiental. Dissertação de Mestrado PPGE-AFURG. 2004
GUIMARAES, Mauro. Educação Ambiental crítica. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA,2004.

LA TAILLE, Yves de. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. Política & Trabalho (13): 201-222, 1997.

LONGO, Waldimir. Pirró e. "Ciência e Tecnologia: evolução, inter-relação e perspectivas". Anais do 9º Encontro Nacional de Engenharia de Produção, vol. 1, 42, Porto Alegre, 1989.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, 2007.

_____. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCATTO, Celso. Educação Ambiental: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MATURANA, Humberto e REZEPKA, Sima Nisis. Formação Humana e Capacitação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOVA ESCOLA. São Paulo: nº 202. Maio de 2007. Circular. REIGOTA, Marcos. A Floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.